



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA ANO 2007

REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

Maputo, Dezembro de 2008

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direcção Nacional do Tesouro

Coordenação

António Fernando Laíce - Director Nacional do Tesouro

Piedade Macamo - Directora Nacional Adjunta para Área da Dívida Pública

Redacção

Anabela ChamBUca Pinho, Agostinho Uísque,

Amélia Mpfumo, David Mapanga, Emília Siteo,

Fredson Fao, Henrique Cumbe, Henrique Manjate, José Messias,

Marta Sondeia, Paula Bié, Tânia Manhiça

Assistência Técnica

Jaime Delgadillo (Consultor Residente)

FSTAP/Banco Mundial

Periodicidade

Anual

Tiragem

3000 exemplares

Endereço

Ministério das Finanças

Direcção Nacional do Tesouro

Área da Dívida Pública

Av. 10 de Novembro , CP 272, Praça da Marinha Popular nº 929

Tel.: +258 21 315 040; +258 21 315 000/3

Fax: +258 21 310 493

Maputo - Moçambique

Mensagem de Sua Excelência o Ministro das Finanças

Ao longo dos últimos 30 anos, a Dívida Pública de Moçambique tem sido assumida como uma das componentes mais importantes no cenário macro-económico dado o seu papel no financiamento de programas e projectos de investimento no País. Neste sentido, o Governo de Moçambique sente a necessidade de adoptar políticas e procedimentos alinhados com as melhores práticas internacionais em matéria de contratação e gestão da dívida pública.

Moçambique beneficiou, sucessivamente em 1999 e 2000, do alívio de dívida no âmbito da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Beneficiou ainda em 2006, do cancelamento da dívida no âmbito da Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), como resultado do bom desempenho económico.

Os desafios continuam, especialmente, para manter a dívida pública sustentável e assegurar que os recursos resultantes da assunção de responsabilidades financeiras pelo Estado sejam canalizados para o desenvolvimento das infraestruturas dos sectores prioritários, com vista a redução da pobreza e promoção do crescimento económico.

O objectivo geral da política de endividamento do País é otimizar e maximizar a gestão eficiente da carteira da dívida por forma a viabilizar o investimento a projectos de desenvolvimento em áreas consideradas prioritárias tais como: (i) Governação; (ii) Capital Humano; e (iii) Desenvolvimento económico, bem como manter a dívida pública sustentável, tendo como pressuposto básico o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milénio.

O cometimento do Governo de Moçambique em melhorar a governação e reduzir os índices de pobreza, traduz-se na gestão cada vez mais transparente e eficiente dos recursos financeiros e melhoramento das capacidades humanas e institucional.

Neste contexto, o Ministério das Finanças tem o privilégio de publicar o primeiro relatório anual sobre a dívida pública, um instrumento de utilidade pública que irá fornecer a informação essencial acerca das políticas, mecanismos e procedimentos de contratação e gestão da dívida pública de Moçambique.

O presente relatório enquadra-se na estratégia do Governo que de entre outras acções, consiste no fortalecimento do processo de gestão sustentável da dívida pública.



Manuel Chang
Ministro das Finanças

Carta de Apresentação

O presente relatório que ora publicamos, enquadra-se nas acções em curso ao nível do Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Tesouro, no sentido de publicar a informação sobre os mecanismos de Gestão da Dívida em Moçambique, mais concretamente mostrar o perfil da carteira da dívida, sua evolução e perspectivas.

A elaboração deste relatório teve em conta a observância das melhores práticas internacionais em matéria de gestão de dívida no que se refere à análise e compilação de dados de natureza estatística, assim como a promoção e a difusão de informação.

Futuramente, o nosso desafio será de produzir relatórios trimestrais a partir de 2009, os quais irão sumarizar dentre outros aspectos, as acções no âmbito do fortalecimento da Área da Dívida Pública, a análise da sustentabilidade da dívida e do risco associado a gestão da dívida.

A nossa expectativa é que a informação e análise apresentadas neste relatório seja útil para os decisores de política, entidades públicas e privadas nacionais e internacionais, sociedade civil, académicos, pesquisadores e demais usuários que precisam de dados, para as avaliações económicas, análises, estudos, tomada de decisões, negociações, investimentos entre outras acções, de quem esperamos críticas e sugestões construtivas.

Por último, permitam-me manifestar o meu maior apreço aos quadros que se empenharam na produção deste primeiro relatório sobre a dívida. Gostaria igualmente de enaltecer o papel crucial dos nossos parceiros de cooperação nesta área, especialmente, o Banco Mundial e Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), através do Projecto de Assistência Técnica ao Sector Financeiro (FSTAP), no acompanhamento e apoio na elaboração deste relatório.



António Fernando Laíce
Director Nacional do Tesouro

ABREVIATURAS

ADP	Área da Dívida Pública
ASDI	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Africano
BT's	Bilhetes do Tesouro
BPM5	Manual da Balança de Pagamentos - 5ª. edição
CS-DRMS	Sistema do Secretariado da Commonwealth para o Registo e Gestão da Dívida Pública
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DRI	Alívio da Dívida Internacional
EIB	Banco Europeu de Investimento
FSTAP	Projecto de Assistência Técnica ao Sector Financeiro
HIPC	Iniciativa do Alívio para os Países Pobres Altamente Endividados
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
IMF	Fundo Monetário Internacional
MDRI	Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral
MF	Ministério das Finanças
NDF	Fundo Nórdico de Desenvolvimento
OECD	Organização para Cooperação Económica ao Desenvolvimento
OPEC	Organização de Países Exportadores de Petróleo
OT's	Obrigações do Tesouro

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. ASPECTOS GERAIS	3
1.1. Quadro Legal e Institucional para a Gestão da Dívida Pública	4
1.2. Estratégia da Dívida de Moçambique	5
1.3. Visão Geral da Dívida de Moçambique	6
II. TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	8
2.1. Stock Total por Tipo de Dívida Pública (2003-2007)	9
2.2. Stock Total da Dívida Pública por Grupo de Credores (2006-2007)	10
2.3. Composição do Stock da Dívida Pública por Moeda e Prazo (2006-2007)	11
2.4. Desembolsos e Serviço da Dívida Pública (2003-2007).....	12
2.5. Média de Maturidade da Dívida Pública (2007)	13
III. DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	14
3.1. Stock da Dívida Pública Externa por Credor (2003-2007)	15
3.2. Operações da Dívida Pública Externa (2003-2007)	17
3.3. Pagamento do Serviço da Dívida Pública Externa (2003-2007)	17
3.4. Projecção do Serviço da Dívida Pública Externa (2008-2012)	19
IV. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	20
4.1. Evolução do Stock da Dívida Pública Interna por Tipo de Instrumento(2003-2007)	21
4.2. Stock da Dívida Pública Interna por Taxas de Juro (2003-2007)	21
4.3. Pagamento do Serviço da Dívida Pública Interna por Tipo de Instrumento (2003-2007)	22
4.4. Serviço da Dívida Pública Interna por Instrumento (2007)	22
5. Stock e Transacções da Dívida Pública Interna por Tipo de Instrumento (2007)	23
4.6. Projecção do Serviço da Dívida Pública Interna (2008-2012)	23
V. INDICADORES DA DÍVIDA	24
5.1. Indicadores da Dívida Pública (2003-2007)	24
GLOSSÁRIO	26

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado no contexto das reformas institucionais levadas a cabo pelo Ministério das Finanças a fim de otimizar a gestão de finanças públicas e do financiamento, mais concretamente, os créditos.

O objectivo do relatório é fornecer a informação sobre como os créditos públicos são utilizados e geridos, mostrando o perfil da carteira da dívida, a evolução do endividamento do País e perspectivas através do uso de projecções do serviço da dívida. Tais informações são fundamentais para o processo de monitoria dos níveis de endividamento de Moçambique, assim como dos riscos associados a gestão da dívida.

A elaboração e publicação do relatório sobre a dívida pública é uma iniciativa do Governo baseado nas recomendações incluídas nas melhores práticas de gestão da dívida descritas pelas instituições financeiras internacionais e outras organizações, contribuindo para a promoção de boa governação, responsabilidade e transparência na gestão da dívida pública, bem como para assegurar que a informação disseminada seja de qualidade, credível e útil para o usuário.

Este relatório é dirigido as entidades públicas e privadas nacionais e internacionais e sociedade civil. Todas estas instituições têm necessidades de lidar com as estatísticas, que podem ser utilizadas para as avaliações económicas, análises, estudos, tomada de decisões, negociações, investimentos, entre outros.

Este relatório é composto por cinco capítulos que descrevem a composição e a evolução dos níveis de dívida pública de Moçambique no período compreendido entre 2003 a 2007. Contém igualmente informação sobre o stock da dívida externa e interna, desembolsos e serviço da dívida (histórica e projectada), e seus indicadores. Os dados que são apresentados nas tabelas e gráficos, são complementados de uma análise descritiva, que se pretende que possibilite maior entendimento das mesmas.

Para a elaboração deste Relatório recorreu-se ao método de estudo do caso, tomando em consideração os últimos 30 anos, em que a Dívida Pública de Moçambique tem sido assumida como uma das componentes do cenário macro-económico, dada a sua importância para o financiamento de programas e projectos, em particular, e para o desenvolvimento do País, no geral.

Usou-se igualmente o método documental que assentou essencialmente na confrontação de dados registados no Sistema CS DRMS 2000+, em uso no Ministério das Finanças, bem assim como dados obtidos junto ao Banco de Moçambique, e a compilação dos documentos existentes no Ministério das Finanças desde o surgimento da Dívida Pública do País.

Outro método usado foi a experiência prática, na medida em que os dados que são aqui lançados, enquadram-se nos padrões internacionais em matéria de contratação e gestão da dívida pública, o que possibilitou a transição do país para a fase de sustentabilidade da dívida, que hoje se verifica e que ao longo do tempo o Governo de Moçambique e o Ministério das Finanças, por via da Área da Dívida Pública, da Direcção Nacional do Tesouro, tem vindo a desenvolver estudos e pesquisas com vista a implementar uma Estratégia da Dívida, para que o País continue com a dívida sustentável.

I ASPECTOS GERAIS

A Dívida Pública de Moçambique tem a sua origem em créditos externos contraídos principalmente nas décadas 70 e 80 e outros contraídos posteriormente. A redução das exportações, resultante de fenómenos endógenos e exógenos tornou a dívida pública insustentável.

Com o objectivo de tornar a dívida sustentável, Moçambique beneficiou de alívio através do reescalamento da dívida no âmbito do Clube de Paris e posteriormente das iniciativas dos Países Pobres Altamente Individados (HIPC) e de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI).

O país foi qualificado, em 1998 para iniciativa HIPC e alcançado o ponto de conclusão em 2001 dentro do HIPC reforçado. Antes da iniciativa HIPC, o stock nominal da dívida pública moçambicana aumentava a um ritmo acelerado, tendo atingido, em 1998, a cifra mais alta de mais de seis biliões de dólares, montante que representava 153% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano, cerca de 13 vezes as receitas do Estado e 25 vezes as exportações de 1998.

Isto significa que, se o país tivesse que fazer face ao serviço da dívida, era necessário mobilizar 43% das exportações, 23.5% das receitas do Estado e 2.7% do Produto Interno Bruto de 1998.

Ao abrigo de MDRI, instituições financeiras como Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e Banco Mundial acordaram no cancelamento da dívida de 18 países pobres. Moçambique fez parte deste grupo, devido ao “bom desempenho no cumprimento do seu programa de reformas”. Com o FMI foi cancelado o valor de 154 milhões de dólares, o total da dívida contraída e desembolsada até 31 de Dezembro de 2004. Por outro lado, o Banco Mundial concedeu um alívio de cerca de 1,2 bilião de dólares. Este valor e referente a dívida contraída e desembolsada até 31 de Dezembro de 2003. O BAD cancelou um montante estimado em cerca de 500 milhões de dólares, referente a dívida contraída e desembolsada até 31 de Dezembro de 2004.

Em 2007 o total do stock da dívida pública foi de cerca de USD 3,6 biliões. A dívida externa representou 91% do total da dívida, isto é, USD 3,3 biliões, sendo 41% credores multilaterais e 9% credores bilaterais.

A dívida interna ainda constitui uma pequena porção do total da dívida pública representando cerca de 9% . Moçambique emite Bilhete de Tesouro (BT's) para efeitos de política monetária do Banco de Moçambique e também para cobrir os déficits temporários do Tesouro. As Obrigações do Tesouro (OT's) são emitidas para financiar os défices orçamentais e para o desenvolvimento do mercado doméstico. O mercado doméstico ainda está numa fase primária de desenvolvimento, contudo nos anos recentes a dívida interna cresceu de 4,9 biliões de meticais em 2003 para 8 biliões de meticais em 2007.

1.1 Quadro Legal e Institucional para a Gestão da Dívida Pública

Ministério das Finanças

Nos termos do Decreto Presidencial Nº 22/2005 de 27 de Abril, o Ministério das Finanças tem como uma das funções gerir a dívida pública tanto externa como interna do País, e também elaborar e implementar a estratégia da dívida.

O Diploma Ministerial Nº 152/2005 de 2 de Agosto que define a estrutura do MF, dá plenos poderes a Direcção Nacional do Tesouro para elaborar e executar a política de financiamento público. Esta Direcção é responsável de entre outras actividades, pela gestão da dívida externa e interna, que inclui a contratação de novos empréstimos.

No contexto da reforma institucional levada a cabo pelo MF e outras instituições públicas, todas as operações de gestão da dívida pública foram consolidadas dentro da Área da Dívida Pública localizada na DNT, responsável pela coordenação de todos os assuntos relativos a dívida do País.

Por outro lado, o MF tem trabalhado estreitamente com a Bolsa de valores de Moçambique com relação a emissão e colocação de Obrigações de Tesouro.

A ADP na DNT é responsável pela gestão da dívida pública de Moçambique. No processo de fortalecimento das suas capacidades, esta área está sendo reestruturada e consolidada para otimizar o seu funcionamento, de acordo com as melhores práticas internacionais. Este processo vai permitir que as operações da gestão da dívida estejam concentradas numa mesma área contribuindo para a melhoria dos fluxos de informação e coordenação entre os diferentes sectores.

Neste contexto, a ADP adoptou uma nova estrutura organizacional tendo em conta os modelos internacionais, nomeadamente:

- “Front Office” - Departamento de Empréstimos, que é responsável pela mobilização de recursos, através da negociação e contratação da dívida, usando os vários instrumentos baseados nos objectivos de endividamento do País.
- “Middle Office” - Departamento de Análise da Dívida, que efectua análises de custos e riscos, assim como a análise da sustentabilidade da dívida os quais são usados para elaborar a estratégia de endividamento do País, que define os níveis de endividamento público e outros pontos de referência para a carteira da dívida do Governo.
- “Back Office” - Departamento de Registo e Serviço da Dívida, que monitora e regista a informação sobre a dívida externa e interna, bem como as operações de desembolsos e pagamentos de serviço da dívida, no sistema financeiro de informação do País (CS-DRMS). A este nível, os gestores da dívida produzem vários relatórios a serem utilizados pelo Middle e Front office, e executa uma constante validação e controle da

carteira da dívida para assegurar uma qualidade óptima da base de dados da dívida.

Com o apoio do FSTAP, a ADP irá continuar a fortalecer e consolidar as suas operações e procedimentos durante os próximos anos. Isto inclui a implementação de todos estes novos procedimentos, validação e reconciliação da base de dados da dívida, preparação da análise de sustentabilidade da dívida e desenho de estratégia da dívida.

Banco de Moçambique

A lei Nº 01/92, de 03 de Janeiro estabelece que o Banco de Moçambique é uma entidade independente cujo objectivo é de assegurar a estabilidade e valor da moeda nacional, implementando uma política monetária eficiente. Para a prossecução desta política o BM tem utilizado dentre outros instrumentos à emissão de Bilhetes de Tesouro.

Existe uma coordenação estreita entre o MF e o BM, que se consubstancia principalmente em:

- Reuniões de Coordenação entre S.Excias o Ministro das Finanças e o Governador do Banco de Moçambique;
- Participação do BM em Negociações da dívida;
- Participação do MF em Reuniões do Comité de Coordenação dos Mercados Interbancários (CCMI) no BM.

Como agente de execução financeira do Estado, o BM é responsável pela execução de instruções de pagamento do serviço da dívida pública.

1.2. Principais Iniciativas do Alívio de Dívida

1.2.1. Clube de Paris

É um fórum constituído por países credores para fins de reescalamento da dívida. Desde a sua elegibilidade ao alívio por este Clube, em 1984, Moçambique assinou 7 acordos com o Clube de Paris, sendo que o último foi em Novembro de 2001 (designado Termos de Colónia, Cologne-Alemanha), que prevê o cancelamento de, no mínimo, 95% da dívida com os credores subscritores da Minuta (Alemanha, Áustria, Brasil Espanha, EUA, França, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suécia).

1.2.2. HIPC

É uma Iniciativa do Alívio da Dívida, promovido em 1996, pelo FMI e Banco Mundial, para tentar resolver o problema da dívida dos países pobres altamente endividados. O objectivo geral era permitir que os países beneficiários desta Iniciativa atingissem um nível anual de encargos da dívida considerado sustentável, criando capacidade financeira para fazer face aos seus programas de desenvolvimento, com enfoque para a redução da pobreza absoluta.

Esta dividiu-se em duas fases, o HIPC I (Original) e o HIPC II (Reforçado), ambas com o objectivo de reduzir o stock da dívida de países de baixo rendimento a um nível sustentável; implementar ajustes macroeconómicos e reformas estruturais; e libertar recursos para despesas sociais. Moçambique foi elegível às Iniciativas HIPC I e II em 1999 e 2000, respectivamente.

1.2.3. MDRI

Surge na sequência da decisão tomada pelo G8, em Julho de 2005, que preconizava o cancelamento de 100% da dívida com o FMI, a IDA (Banco Mundial) e o FAD (Grupo BAD) por forma a ajudar os países a cumprir gradualmente com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Moçambique foi automaticamente elegível num grupo de 18 países de renda baixa (rendimento per capita inferior a USD 380.0), como consequência do bom desempenho macroeconómico; implementação de uma estratégia de redução da pobreza; e boa gestão de finanças públicas.

1.3 Estratégia da Dívida de Moçambique

A situação económica do País e a sua vulnerabilidade aos choques externos conduziu a níveis insustentáveis da dívida no passado, ressaltando a necessidade de se elaborar e implementar uma estratégia da dívida pública. A referida estratégia servirá de guia para os gestores da dívida, uma vez que, contém pontos de referência na orientação das suas tarefas. Esta necessidade tem sido destacada notavelmente na Análise Conjunta de Sustentabilidade da Dívida pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

A estratégia da dívida pública determina, por um lado, o quadro de médio e longo prazos para a gestão da dívida pública, incluindo níveis de endividamento e outros indicadores da dívida. Por outro lado, utiliza análises de custos e de riscos bem como a análise de sustentabilidade da dívida para a identificação do perfil ideal de dívida que minimize tanto os custos como os riscos do Governo, bem como a manutenção da dívida em níveis sustentáveis.

Tendo Moçambique beneficiado de vários reescalamentos e alívios da dívida através da iniciativa HIPC em 2001, e um alívio adicional através da MDRI em 2005, e considerando que os altos níveis de endividamento constituem constrangimentos ao desenvolvimento económico, o alívio da dívida é uma oportunidade para o País investir os recursos resultantes da poupança para o seu desenvolvimento, especialmente em sectores que são de crucial importância como a saúde, educação, infra-estruturas e outros sectores sociais ou produtivos.

As reformas estruturais e económicas acompanham as medidas de alívio da dívida, que constituem uma oportunidade para a estabilidade do país, ou para melhorar a estratégia de endividamento de modo a evitar a insustentabilidade da dívida no futuro.

Durante os próximos anos o País espera concluir as negociações com credores não membros do Clube de Paris que não aderiram a Iniciativa HIPC. Como resultado destas negociações, espera-se que Moçambique beneficie do alívio da dívida. Como forma de manter a sua dívida sustentável, o Governo de Moçambique contrai empréstimos concessionais destinado a projectos de investimento.

De referir que, o stock da dívida externa decresceu em cerca de USD 6.0 biliões em termos nominais em 1998 para aproximadamente USD 3.6 biliões em 2007, como resultado do alívio da dívida, sendo que um dos grandes desafios do País é gerir a dívida para prevenir que não volte aos níveis de insustentabilidade outrora verificados.

II. TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Este capítulo apresenta informação sobre o total da dívida pública. Tanto a dívida interna como a externa são destacadas em paralelo em cada tabela, o que permite visualizar as respectivas evoluções e peso sobre os stocks da dívida, desembolsos e serviço da dívida.

A dívida externa é contraída em várias moedas e convertida em dólares americanos (USD) nas tabelas abaixo indicadas, excepto a tabela 3 que mostra a informação sobre a composição da moeda da dívida. A dívida interna é contraída em meticais (MZM). Para fins de harmonização, a tabela 4 apresenta a informação em dólares (USD) como também em MZM. A taxa de câmbio usada é a do dia da operação.

O período considerado para a análise é dos últimos 5 anos, que permite uma retrospectiva útil com ênfase no ano de 2007, que é o ano mais recente.

O quadro abaixo reflecte as 5 tabelas inerentes ao total da dívida pública, que serão abordados neste capítulo.

Tabela 1 Pag. 9	STOCK TOTAL POR TIPO DE DÍVIDA, 2003-2007	Visão geral do stock da dívida pública externa e interna
Tabela 2 Pag. 10	STOCK TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA POR GRUPO DE CREDITORES, 2007	Stock da dívida pública externa e interna
Tabela 3 Pag. 11	COMPOSIÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA POR MOEDA E PRAZO, 2006-2007	Estrutura da dívida pública, classificada por moeda e maturidade (curto e longo prazos)
Tabela 4 Pag. 12	DESEMBOLSOS E SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA, 2003-2007	Visão geral dos desembolsos externos e internos e o serviço da dívida pública dos últimos 5 anos.
Tabela 5 Pag. 13	MÉDIA DE MATURIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA, 2007	Composição da dívida pública por maturidade - 2007

TABELA 1

**STOCK TOTAL POR TIPO DE DÍVIDA
2003-2007**

(Em Milhões de USD e MZM)

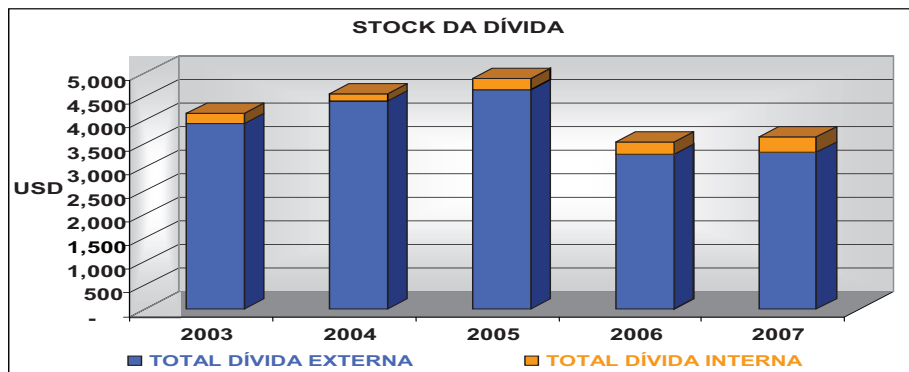
TIPO DE DÍVIDA	2003	2004	2005	2006		2007		% do Total
	USD	USD	USD	USD	MZM	USD	MZM	2007
TOTAL DÍVIDA EXTERNA	3,938.80	4,416.10	4,648.90	3,282.00	84,905.34	3,316.91	78,743.44	90.7
TOTAL DÍVIDA INTERNA	208.35	150.00	239.49	267.95	6,932.00	338.75	8,042.00	9.3
TOTAL DÍVIDA PÚBLICA	4,147.15	4,566.10	4,888.39	3,549.95	91,837.34	3,655.66	86,785.44	100

Conforme a tabela acima, a dívida pública de Moçambique é composta maioritariamente pela dívida externa, que representa 91%, e pela dívida interna que representa 9%. Esta composição resulta do facto da parcela de donativos não cobrir as necessidades do governo no que diz respeito ao financiamento de projectos e programas de desenvolvimento, tendo que recorrer a créditos públicos concessionais, dado que o mercado financeiro interno ainda encontra-se em fase de expansão e crescimento.

No período de 2003 a 2007, verificou-se uma redução do stock da dívida pública em 491,49 milhões de USD, cerca de 12%, pelo facto de o país ter beneficiado de alívio da dívida pública no âmbito do MDRI e bem como ter alcançado acordos com alguns credores bilaterais (membros e não membros do Clube de Paris).

De referir que, o montante do alívio tem permitido ao Governo a alocação destes recursos na implementação da Estratégia de Redução da Pobreza.

Com o objectivo de alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio, o Governo tem contraído novos empréstimos concessionais com o elemento de doação de no mínimo 35%, justificando assim os níveis actuais da dívida.



De acordo com o gráfico acima, o stock da dívida interna registou um aumento significativo durante o período 2003 a 2007, de USD 208.35 milhões para USD 338.75 milhões. O maior crescimento registou-se no ano de 2005 devido a emissão mais avultada de OT's até então verificada, no montante de MZM 3591,4 milhões.

TABELA 2

**STOCK TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA
POR GRUPO DE CREDORES
2007**

(Em Milhões de USD)

	Saldo em 31/12/2006	Saldo em 31/12/2007	% 2007
TOTAL DÍVIDA EXTERNA	3,282.00	3,316.91	91%
Credores Oficiais	3,282.00	3,316.91	91%
Bilateral	2,090.40	1,773.50	49%
Multilateral	1,191.60	1,543.41	42%
TOTAL DÍVIDA INTERNA	267.95	338.75	9%
Obrigações de Tesouro	200.85	204.30	5%
Bilhetes de Tesouro	0.00	0.00	0%
Outros	67.10	134.45	4%
TOTAL DÍVIDA PÚBLICA	3,549.95	3,655.66	100%

Do total da dívida pública do país em 2007, 49% corresponde a dívida bilateral, 42% a dívida multilateral, e 5% a Obrigações de Tesouro.

A dívida bilateral registou uma redução significativa de 2005 a 2007 resultante do alívio com a Roménia, China e Hungria.

A dívida interna aumentou de USD 267.95 milhões para USD 338.76 milhões pelo facto de se ter verificado um aumento de outros instrumentos de dívida interna, nomeadamente a dívida garantida e assumida pelo Estado. Por seu lado as Obrigações de Tesouro reduziram ligeiramente devido a reembolsos parciais.

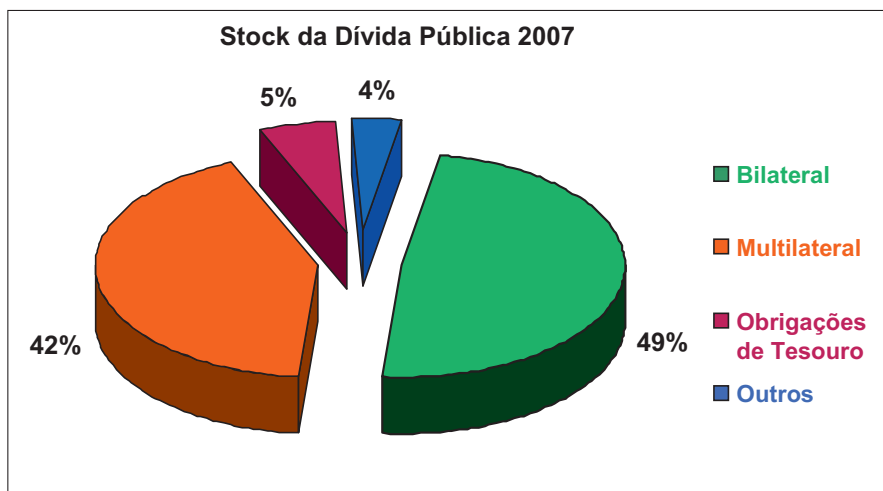


TABELA 3

**COMPOSIÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA,
POR MOEDA E PRAZO
2006-2007**

(Em Milhões de USD e MZM)

	2006		2007		% em USD
	moeda original	USD	moeda original	USD	
DIVIDA EXTERNA	1,699.00	3,282.00	1,398.00	3,316.91	
Longo Prazo	1,699.00	3,282.00	1,398.00	3,316.91	
US-Dólares	1,062.00	1,062.00	914.00	914.00	25%
Euro	461.00	607.22	461.00	732.91	20%
Yuan	176.00	23.00	23.00	3.00	0%
Outras Moedas	0.00	1,589.78	0.00	1,667.00	46%
Curto Prazo	0.00	0.00	0.00	0.00	0%
DIVIDA INTERNA	6,932.00	267.95	8,042.00	338.75	
Longo Prazo	6,932.00	267.95	8,042.00	338.75	
US-Dólares	0.00	0.00	0.00	0.00	0%
Meticais	6,932.00	267.95	8,042.00	338.75	9%
Curto Prazo	0.00	0.00	0.00	0.00	0%
TOTAL DIVIDA	8,631.00	3,549.95	9,440.00	3,655.66	100.00%

Como se pode verificar na tabela acima, a evolução da estrutura da dívida pública por moedas mostra uma ligeira redução de créditos em dólares, e por outro lado um aumento significativo da componente outras moedas, "Unidade de Conta do Fundo Africano para o Desenvolvimento (FUA), Dinares do Banco Islâmico (IBD) e Direitos Especiais de Saque (SDR), Dinares do Fundo Kuwait (KWD)" que reflectem uma maior contratação de créditos de fontes multilaterais concessionais. Em relação a dívida interna, o Governo apenas emite títulos em moeda nacional.

À semelhança de anos anteriores, no período em análise o total da dívida pública de Moçambique é de longo prazo. Durante o ano de 2007, não se verificou a emissão de OT's, (que geralmente são médio e/ou longo prazos).

O gráfico mostra a composição da dívida pública do Governo por moedas em finais de 2007. De acordo com o gráfico, 46% corresponde a créditos contraídos com as instituições multilaterais, cujos valores do empréstimo são expressos em várias moedas tais como FUA, IBD, SDR e KWD.

Uma outra componente importante da composição da dívida é o dólar americano que representa 25% do total, seguido do EURO (20%) e do Metical para a dívida interna (9%).

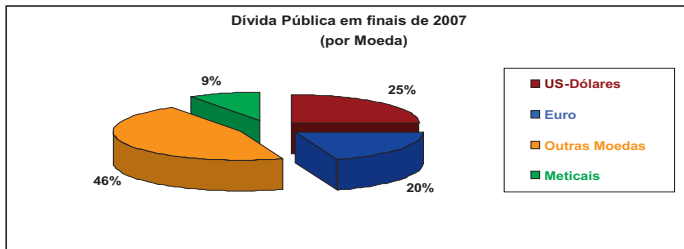


TABELA 4

DESEMBOLSOS E SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA 2003-2007

(Em Milhões de USD e MZM)

	2003		2004		2005		2006		2007	
	USD	MZM	USD	MZM	USD	MZM	USD	MZM	USD	MZM
TOTAL DESEMBOLSOS	478.47	11.229.81	853.63	15.960.39	1.102.09	26.148.65	475.41	12.269.15	395.44	9.354.63
Desembolsos Externos	235.14	5.518.81	311.51	5.824.39	324.70	7.685.65	297.60	7.669.15	332.26	7.854.63
Desembolsos Internos	243.33	5.711.00	542.12	10.136.00	777.39	18.463.00	177.81	4.600.00	63.18	1.500.00
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA	115.37	2.723.63	232.66	4.555.18	132.42	3.104.02	109.75	2.787.02	100.78	2.483.41
Serviço da Dívida Externa	56.65	1.345.41	59.05	1.309.08	65.27	1.509.37	61.84	1.547.68	47.60	1.220.91
Serviço da Dívida Interna	58.72	1.378.22	173.62	3.246.10	67.14	1.594.65	47.91	1.239.34	53.18	1.262.50
PAGAMENTO DE CAPITAL	58.03	1.372.64	164.41	3.209.51	78.72	1.846.57	55.81	1.406.62	48.31	1.206.74
Capital Externo	41.98	996.01	39.48	873.69	44.79	1.040.61	43.33	1.083.75	31.88	816.51
Capital Interno	16.05	376.63	124.93	2.335.82	33.94	805.96	12.48	322.87	16.44	390.23
PAGAMENTO DE JUROS	57.34	1.350.99	68.25	1.345.67	53.69	1.257.45	53.94	1.380.41	52.47	1.276.67
Juros Externo	14.66	349.40	19.56	435.39	20.49	468.76	18.52	463.94	15.72	404.40
Juros Interno	42.68	1.001.59	48.69	910.28	33.21	788.69	35.43	916.47	36.74	872.27
<i>Câmbio de 31 de Dezembro</i>	<i>23.47 MT</i>		<i>18.697 MT</i>		<i>23.75</i>		<i>25.87</i>		<i>23.74</i>	

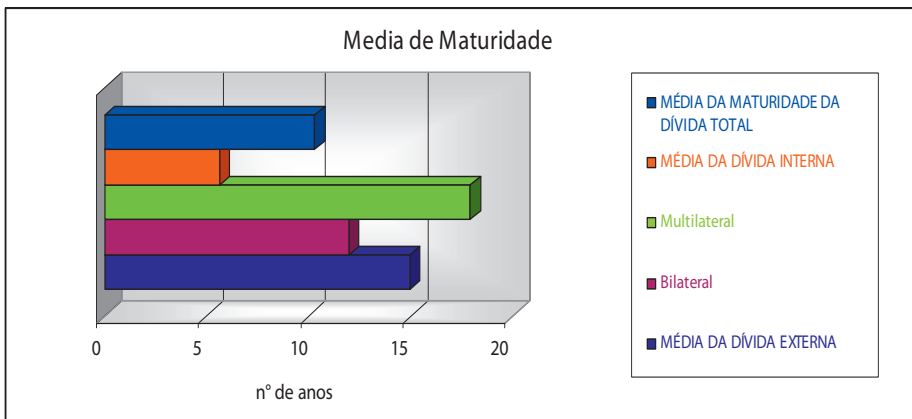
A presente tabela mostra os desembolsos e o serviço da dívida pública no período de 2003 a 2007, sendo que os desembolsos externos são maiores que os internos. O total dos desembolsos da dívida pública tem registado uma diminuição nos últimos anos, tendo passado de cerca de USD 1,102 milhões em 2005, para USD 475 milhões e USD 395 milhões em 2006 e 2007, respectivamente.

No período em referência, registou-se uma média anual de pagamentos de cerca de USD 138 milhões. Nos últimos anos verificou-se que o total do serviço tanto da dívida interna como externa atingiram níveis proporcionais. Em 2007, os níveis foram de cerca de USD 48 milhões para a dívida externa e USD 53 milhões para a dívida interna. De referir que, antes das iniciativas HIPC a média anual do valor de serviço da dívida externa era cerca de 100 milhões de USD.

TABELA 5**MÉDIA DE MATURIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA
2007****Média da Maturidade Remanescente da Dívida Pública**

	2007
MÉDIA DA DÍVIDA EXTERNA	14.99
Bilateral	12.01
Multilateral	17.96
MÉDIA DA DÍVIDA INTERNA	5.67
MÉDIA DA MATURIDADE DA DÍVIDA TOTAL	10.33

Como se constata na tabela acima, a média de maturidade remanescente dos créditos concedidos pelos credores multilaterais é de cerca de 18 anos sendo maior que a média da dívida Bilateral que é de 12 anos. A média de maturidade da dívida interna é de cerca de 6 anos.



III. DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA

Neste capítulo serão objecto de análise as quatro tabelas que constam no quadro abaixo que apresentam uma visão geral da dívida pública externa e informações acerca dos stocks, fluxos e projecções. De referir que, os valores incluem a dívida pública garantida.

O período considerado para a análise é dos últimos 5 anos, e para as projecções são analisados os próximos 5 anos.

Tabela 6 Pag. 15	STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR CREDOR, 2003-2007	Dívida pública externa, classificada por tipo de credor
Tabela 7 Pag. 17	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA, 2003-2007	Desembolsos, serviço da dívida, fluxos e transferências líquidas da dívida externa
Tabela 8 Pag. 17	PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA, 2003-2007	Evolução do pagamento do serviço da dívida pública
Tabela 9 Pag. 19	PROJEÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA, 2008-2012	Projecções dos pagamentos futuros do serviço da dívida pública externa

TABELA 6

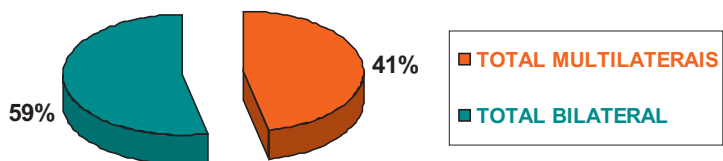
STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA POR CREDOR 2003-2007

(Em Milhões de USD)

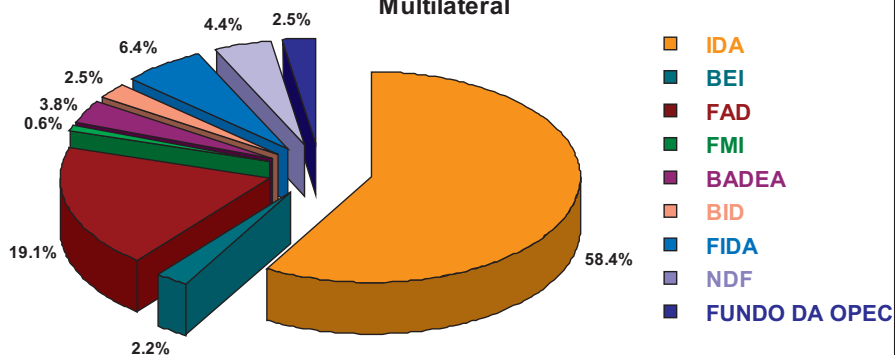
CREDOR	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL MULTILATERAIS	1,348.20	1,331.80	1,706.40	1,953.30	2,321.20	2,535.00	1,191.60	1,543.41
IDA	759.30	746.50	985.30	1,183.50	1,412.50	1,575.90	655.50	902.07
BEI	47.60	46.00	17.10	29.90	38.40	40.40	39.10	34.70
BAD	1.90	1.70	1.80	1.70	0.00	0.00	0.00	0.00
FAD	218.00	227.50	354.20	399.80	525.90	542.60	237.60	294.99
FMI	219.50	194.30	198.70	208.40	194.00	157.50	9.70	9.70
NTF	1.30	1.90	1.10	0.80	0.00	0.00	0.00	0.00
BADEA	22.70	27.30	42.80	40.70	40.00	49.50	49.60	58.30
BID	3.70	3.90	8.40	20.50	28.00	32.30	35.40	38.20
FIDA	42.40	45.40	55.10	5.80	11.40	77.50	77.50	98.88
NDF	12.70	12.20	17.80	26.10	35.90	22.00	52.10	67.77
OPEC FUND	19.10	25.10	24.10	36.10	35.10	37.30	35.10	38.80
TOTAL BILATERAL	3,654.50	3,608.70	1,899.50	1,985.50	2,094.90	2,113.90	2,090.40	1,773.50
BILATERAL/CLUBE DE PARIS	2,771.00	2,759.60	1,018.60	1,119.70	956.80	964.80	972.10	799.51
BILATERAL - OCDE	1,854.40	1,842.40	571.10	563.50	646.90	648.10	647.90	639.62
ÁUSTRIA	17.40	17.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FRANÇA	477.90	478.90	73.90	78.40	84.90	65.10	65.10	57.40
ALEMANHA	157.90	158.30	3.50	3.40	3.20	3.00	2.60	2.12
ITÁLIA	483.20	484.10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
JAPÃO	102.20	102.40	103.60	103.60	158.00	143.80	132.10	132.10
PORTUGAL	394.30	378.20	378.00	358.40	386.10	416.90	425.80	425.80
ESPAÑA	16.20	16.20	3.40	19.70	14.70	19.30	22.30	22.20
SUÉCIA	8.50	8.70	8.70	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
REINO UNIDO	142.70	143.70	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
ESTADOS UNIDOS	54.10	54.30	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
DO CLUBE PARIS-NÃO OCDE	916.60	917.20	447.50	556.20	309.90	316.70	324.20	159.89
BRASIL	389.80	389.90	289.40	399.60	157.10	169.10	180.70	16.58
RÚSSIA	526.80	527.30	158.10	156.60	152.80	147.60	143.50	143.31

CREDOR	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BILATERAL/OUTROS	883.50	849.10	880.90	865.80	1,138.10	1,149.10	1,118.30	973.99
DA EUROPA DO LESTE	212.00	187.50	197.10	189.60	298.70	299.90	250.70	107.06
BULGÁRIA	29.90	30.10	30.10	30.10	21.40	21.40	21.40	57.80
CHINA	32.80	19.50	20.20	16.10	21.10	20.80	22.50	2.90
CUBA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
HUNGRIA	10.60	0.00	0.00	4.00	8.60	15.50	15.50	0.80
KOREA DO NORTE	0.50	0.20	0.10	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00
POLÓNIA	16.40	16.70	22.20	6.90	23.60	0.00	21.70	21.70
ROMÉNIA	99.70	92.20	101.30	109.20	176.60	191.00	140.00	14.00
EX-JUGOSLÁVIA	15.40	15.50	15.50	15.50	38.50	20.30	20.30	9.86
REPÚBLICA CHECA	6.70	13.30	7.70	7.70	8.80	9.20	9.30	0.00
PAÍSES - ODEC'S	615.80	613.30	632.40	623.30	777.80	783.50	804.70	809.93
ARGÉLIA	382.00	383.10	393.60	382.00	399.40	405.20	408.40	408.40
KUWAIT	27.70	23.20	31.50	34.00	34.00	36.40	36.10	37.10
IRAQUE	74.40	74.60	74.80	74.80	188.40	165.50	165.40	165.40
LÍBIA	131.70	132.40	132.50	132.50	156.00	176.40	194.80	199.03
OUTROS PAÍSES	55.70	48.30	51.40	52.90	61.60	65.70	62.90	57.00
ÁFRICA DO SUL	0.90	0.80	0.50	0.40	0.40	0.20	0.20	0.00
ANGOLA	45.00	45.30	47.60	47.60	47.60	49.10	49.10	49.10
ÍNDIA	9.80	2.20	3.30	4.90	13.60	16.40	13.60	7.90
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	5,002.70	4,940.50	3,605.90	3,938.80	4,416.10	4,648.90	3,282.00	3,316.91

Total da Dívida Externa 2007



Multilateral



Bilateral

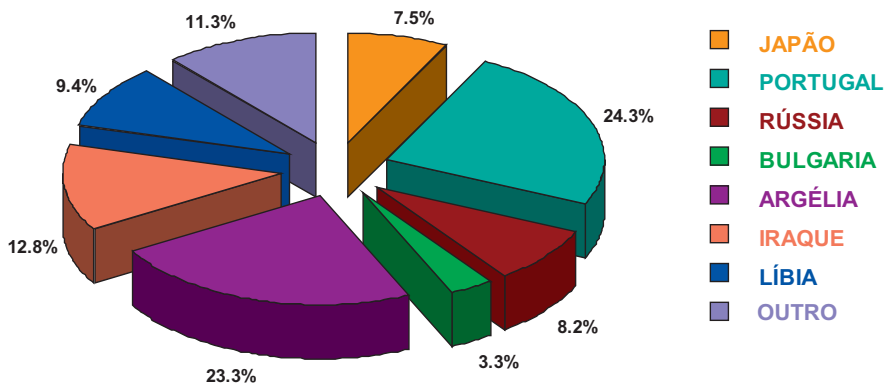


TABELA 7

OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA 2003-2007

(Em Milhões de USD)

		2003	2004	2005	2006	2007
Dívida Externa	Desembolsos	235.14	311.51	324.70	297.60	332.26
	Capital pago	41.98	39.48	44.79	43.33	31.88
	Fluxo Líquido ¹	193.16	272.03	279.92	254.27	300.38
	Juros Pagos	14.66	19.56	20.49	18.52	15.72
	Transferencias Líquidas ²	178.51	252.46	259.44	235.76	285.32
Bilateral	Desembolsos	11.03	3.09	0.00	0.00	19.02
	Capital pago	20.67	13.88	14.36	14.12	10.05
	Fluxo Líquido	-9.64	-10.79	-14.35	-14.12	8.97
	Juros Pagos	3.28	3.30	3.98	4.13	3.76
	Transferencias Líquidas	-12.91	-14.09	-18.32	-18.25	5.21
Multilateral	Desembolsos	224.11	308.42	324.70	297.60	313.90
	Capital pago	21.31	25.60	30.43	29.21	21.83
	Fluxo Líquido	202.80	282.82	294.27	268.39	292.07
	Juros Pagos	11.38	16.27	16.51	14.39	11.96
	Transferencias Líquidas	191.42	266.55	277.76	254.00	280.11

No período de 2003 a 2007, verificou-se que os fluxos e transferências líquidas são positivos com exceção dos fluxos da dívida bilateral para 2003, 2005 e 2006, pelo facto de o capital e os juros pagos serem maiores que os desembolsos nestes anos.

Por outro lado, as transferências líquidas apresentaram uma tendência crescente para o caso dos multilaterais devido ao aumento dos desembolsos no período referido.

TABELA 8

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA 2003-2007

(Em Milhões de USD)

	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	56.65	59.05	65.29	61.85	47.60
TOTAL CAPITAL	41.98	39.48	44.79	43.33	31.88
TOTAL JUROS	14.66	19.56	20.49	18.52	15.72
CREDORES OFICIAIS	56.65	59.05	65.29	61.85	47.60
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA MULTILATERAL	32.69	41.87	46.95	43.60	33.78
CAPITAL	21.31	25.60	30.43	29.21	21.83
JUROS	11.38	16.27	16.51	14.39	11.96
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA BILATERAL	23.95	17.18	18.34	18.25	13.81
CAPITAL	20.67	13.88	14.36	14.12	10.05
JUROS	3.28	3.30	3.98	4.13	3.76
CREDORES PRIVADOS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

A tabela acima representa a estrutura da dívida pública, em relação ao pagamento do serviço da dívida externa por tipo de credor. O total do serviço da dívida corresponde a credores multilaterais e bilaterais.

Actualmente, Moçambique não tem dívida com credores privados ou comerciais, sendo resultado da conclusão da operação de recompra (buy-back) do Banco Mundial com um preço de recompra de 9 cêntimos por cada USD o que representou um cancelamento de 91% da dívida. O remanescente ,9%, foi totalmente coberto por fundos disponibilizados pelo Banco Mundial para esse efeito. O pagamento final foi efectuado em Outubro de 2007.

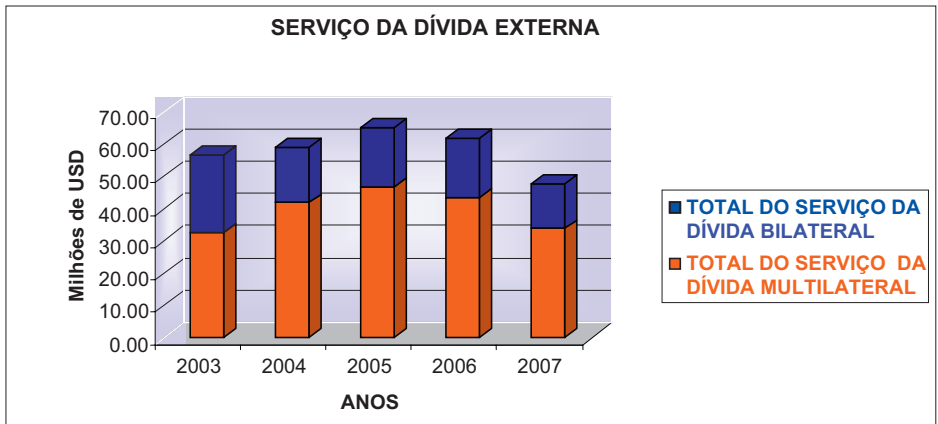


TABELA 9**PROJEÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA
PÚBLICA EXTERNA 2008-2012**

(Em Milhões de USD)

	2008	2009	2010	2011	2012
Capital	36.50	46.80	56.20	64.30	75.70
Juros	18.40	21.10	27.40	28.20	30.20
TOTAL	54.90	67.90	83.60	92.50	105.90

De acordo com a tabela acima, as projecções do serviço da dívida pública externa nos próximos 5 anos mostram um ligeiro aumento tanto do capital como de juros devido as obrigações emergentes da dívida contraída até finais de 2007, contudo, esses níveis de projecções indicam ainda que a dívida se mantém sustentável.

IV. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

Este capítulo apresenta uma visão geral da dívida pública interna, fornecendo informação acerca do stock, serviço e projecções.

A dívida interna de Moçambique, tem origem em 3 instrumentos:

- i) Obrigações do Tesouro (OT's);
- ii) Bilhetes do Tesouro (BT's); e
- iii) Outros - dívida assumida pelo Estado.

A classificação usada nas tabelas está de acordo com os instrumentos acima referidos.

O período considerado para a análise é dos últimos 5 anos, e para as projecções do serviço da dívida os próximos 5 anos.

O quadro abaixo reflecte as 5 tabelas inerentes a dívida pública interna, que serão abordadas neste capítulo.

Tabela 10 Pag. 21	EVOLUÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA POR TIPO DE INSTRUMENTO, 2003-2007	Evolução do stock da dívida interna nos últimos 5 anos, classificados por tipo de credor
Tabela 11 Pag. 21	STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA POR TAXAS DE JURO, 2003-2007	Instrumento de dívida pública interna por tipo de taxas de juro
Tabela 12 Pag. 22	PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA, POR TIPO DE INSTRUMENTO, 2003-2007	Serviço da dívida pública interna (capital e Juros) classificados por tipo de instrumento
Tabela 13 Pag. 22	SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA POR INSTRUMENTO, 2007	Serviço da dívida interna para o ano 2007
Tabela 14 Pag. 23	STOCK E TRANSACÇÕES DA DÍVIDA INTERNA POR TIPO DE INSTRUMENTO, 2007	Stock e transacções da dívida pública interna durante o ano de 2007
Tabela 15 Pag. 23	PROJECCÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA, 2008-2012	Projecções de serviço da dívida para os próximos 5 anos

TABELA 10

**EVOLUÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA
PÚBLICA INTERNA POR TIPO DE CREDOR
2003-2007**

(Em Milhões de Meticaís)

	2003	2004	2005	2006	2007
Obrigações do Tesouro	2,804.00	2,586.00	5,433.00	5,196.00	4,850.00
Bilhetes do Tesouro	1,867.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	219.00	219.00	250.00	1,736.00	3,192.00
TOTAL DIVIDA INTERNA	4,890.00	2,805.00	5,683.00	6,932.00	8,042.00

De acordo com a tabela acima, a dívida pública interna de Moçambique apresenta uma tendência crescente de 4,890 milhões de meticaís em 2003 a 8,042 milhões de meticaís em 2007, devido principalmente ao aumento de dívida assumida e de obrigações de Tesouro no mesmo período, equivalente a um aumento de cerca de 64%. Em 2007, o Estado não utilizou Bilhetes do Tesouro e nem emitiu Obrigações do Tesouro.

De referir que, os Bilhetes do Tesouro são emitidos permanentemente pelo BM para efeitos de Política Monetária.

TABELA 11

**STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA
INTERNA POR TAXAS DE JURO
2003-2007**

(Em Milhões de Meticaís)

TIPO DE TAXA	2003	2004	2005	2006	2007	Peso em % 2007
FIXAS	219.00	219.00	250.00	236.00	192.00	2.39%
VARIÁVEIS	4,671.00	2,586.00	5,433.00	6,696.00	7,850.00	97.61%
Obrigações do Tesouro	2,804.00	2,586.00	5,433.00	5,196.00	4,850.00	60.31%
Bilhetes do Tesouro	1,867.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00%
Outros	0.00	0.00	0.00	1,500.00	3,000.00	31.30%
TOTAL	4,890.00	2,805.00	5,683.00	6,932.00	8,042.00	100.00%

A tabela mostra o perfil das taxas de juro da dívida interna. A carteira da dívida pública interna do país, é maioritariamente assente em taxas variáveis. A percentagem da dívida com taxas fixas é de cerca de 4.5%.

A evolução da dívida mostra que a componente com taxas de juro fixas tem permanecido constante ao longo dos últimos 5 anos excepto em 2007, enquanto que a dívida com taxas variáveis tem aumentado de forma sustentável de MZM 4,671 milhões em 2003 para MZM 7,850 milhões em 2007.

TABELA 12

**PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA
PÚBLICA INTERNA POR TIPO DE INSTRUMENTO
2003-2007**

(Em Milhões de Meticais)

	2003			2004			2005			2006			2007		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Obrigações do Tesouro	181.00	788.00	969.00	469.00	592.00	1,061.00	744.00	412.00	1,156.00	309.00	714.00	1,023.00	346.00	700.00	1,046.00
Bilhetes do Tesouro	0.00	160.00	160.00	1,867.00	270.00	2,137.00	0.00	292.00	292.00	0.00	115.00	115.00	0.00	0.00	0.00
Outros	196.00	54.00	250.00	0.00	49.00	49.00	62.00	85.00	147.00	14.00	88.00	102.00	44.00	172.00	216.00
TOTAL DÍVIDA INTERNA	377.00	1,002.00	1,379.00	2,336.00	911.00	3,247.00	806.00	789.00	1,595.00	323.00	917.00	1,240.00	390.00	872.00	1,262.00

Esta tabela mostra a evolução do serviço da dívida ao longo dos últimos 5 anos dos 2 instrumentos emitidos pelo Estado (OT's e BT's) assim como a dívida assumida pelo Estado. O total do serviço da dívida interna nos últimos 3 anos permaneceu permanente constante, especialmente a que se refere às Obrigações do Tesouro.

TABELA 13

**SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA
POR INSTRUMENTO
2007**

(Em Milhões de Meticais)

	Jan.	Fev.	Mar.	I TRIM	Abr.	Mai.	Jun.	II TRIM	Jul.	Ago.	Set.	III TRIM	Out.	Nov.	Dez.	IV TRIM	TOTAL 2007
OBRIGACOES DO TESOURO																	
Capital	2.00	21.00	2.00	25.00	127.00	1.00	2.00	130.00	2.00	60.00	2.00	63.00	126.00	1.00	1.00	128.00	346.00
Juros	0.00	7.00	40.00	47.00	99.00	140.00	85.00	324.00	0.00	4.00	39.00	44.00	0.00	138.00	147.00	285.00	700.00
TOTAL SERVICO	2.00	28.00	42.00	72.00	226.00	141.00	88.00	454.00	2.00	64.00	41.00	107.00	126.00	139.00	148.00	413.00	1,046.00
OUTROS																	
Capital	0.00	14.00	0.00	14.00	0.00	0.00	0.00	30.00	0.00	0.00	0.00	30.00	0.00	0.00	0.00	0.00	44.00
Juros	0.00	41.00	0.00	41.00	0.00	0.00	44.00	44.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	87.00	87.00	172.00
TOTAL SERVICO	0.00	55.00	0.00	55.00	0.00	0.00	44.00	44.00	30.00	0.00	0.00	30.00	0.00	0.00	87.00	87.00	216.00
TOTAL DÍVIDA INTERNA	2.00	83.00	42.00	127.00	226.00	141.00	134.00	498.00	32.00	64.00	41.00	137.00	126.00	139.00	235.00	500.00	1,262.00

Em 2007, o serviço da dívida das OT's representou a maior parcela do serviço da dívida interna, especialmente no 2º e 4º trimestre conforme a tabela. Para o ano 2007, não foram emitidos Bilhetes do Tesouro, portanto não se registou o serviço da dívida para este instrumento.

TABELA 14

**STOCK E TRANSAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA
INTERNA POR TIPO DE INSTRUMENTO
2007**

(Em Milhões de Meticais)

	Stock 31/12/2006	Desembolsos	Capital	Juros e Comissões	Stock 31/12/2007
Obrigações do Tesouro	5,196.00	0.00	346.00	700.00	4,850.00
Bilhetes do Tesouro	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	1,736.00	1,500.00	44.00	172.00	3,192.00
TOTAL DA DÍVIDA INTERNA	6,932.00	1,500.00	390.00	872.00	8,042.00

O stock da dívida pública interna aumentou no ano de 2007, principalmente devido a assumpção pelo Estado de MZM 1,500 milhões. O stock das obrigações de tesouro reduziu para MZM 5,196 milhões no princípio do ano 2007 para MZM 4,850 milhões no final do ano.

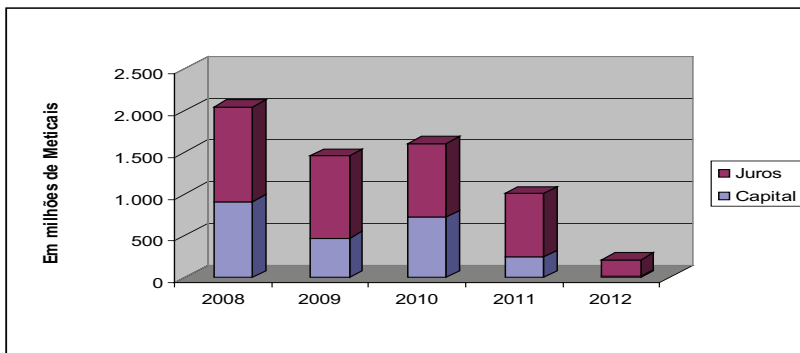
TABELA 15

**PROECÇÃO DO SERVIÇO
DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA
2008-2012**

(Em Milhões de Meticais)

	2008	2009	2010	2011	2012
Capital	906.00	469.00	721.00	248.00	14.00
Juros	1,133.00	987.00	885.00	756.00	202.00
TOTAL	2,039.00	1,456.00	1,606.00	1,004.00	216.00

A tabela 15 mostra a projecção do serviço da dívida interna nos próximos 5 anos. O valor previsto para 2008 é de MZM 2,039 milhões, seguido de um decréscimo regular para os anos seguintes. A projecção ilustra um montante elevado para o ano 2008, pois prevê-se a amortização antecipada de OT's 2005 — III Série.



V. INDICADORES DA DÍVIDA

Este capítulo mostra os principais indicadores da dívida que fornecem informações úteis acerca do endividamento do país. Assim como estes factores reflectem os activos do País, eles deverão ser tomados em conta para avaliar o peso da dívida do País. As cifras da dívida somente fornecem uma ideia parcial acerca do endividamento do país e portanto deverão ser colocados num quadro macroeconómico mais vasto.

Estes indicadores são usados, entre outros, para efectuar análises de sustentabilidade da dívida que determina o limite de endividamento do país bem como a análise de custos e riscos. Estas análises ajudam a estabelecer um perfil ideal de endividamento.

A tabela abaixo reflecte o relacionamento entre a dívida pública e outros indicadores macroeconómicos.

TABELA 16

INDICADORES DA DÍVIDA 2003-2007

(Em %)

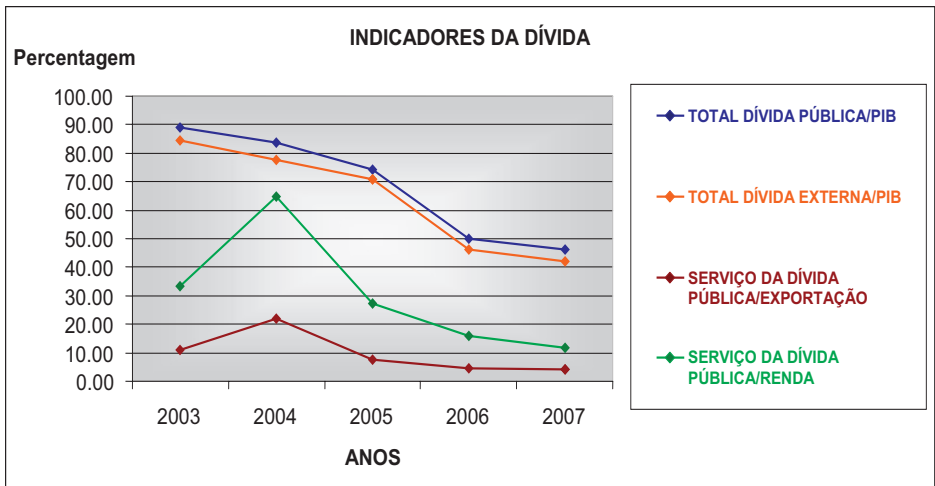
	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL DÍVIDA PÚBLICA/PIB	88.88	83.61	74.31	50.16	46.40
TOTAL DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA/PIB	84.41	77.50	70.67	46.37	42.10
SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA/EXPORTAÇÕES	11.05	22.08	7.59	4.61	4.18
SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA/RECEITAS	33.28	64.63	27.42	15.80	11.92

Limites de Sustentabilidade da Dívida

Rácios	limites de Sustentabilidade da dívida
NPV Dívida/Exportações	150
NPV/Dívida/PIB	40
NPV/Dívida/Receitas	250
Serviço da dív/Exp	20
Serviço da dív/Rec	30

NPV – Valor Presente Líquido

Os valores que se indicam acima (tabela 16) mostram que durante o período de 2003 a 2007, há uma evolução favorável em todos os indicadores incluídos na tabela, tendo se registado uma redução significativa do rácio do total da dívida pública de Moçambique com o produto interno bruto, de cerca de 90% em 2003 a aproximadamente 47% em de 2007. Os rácios do serviço da dívida sobre as exportações e receitas, também mostram níveis baixos de 4.18% e de 11.92%, respectivamente, em 2007.



Alívio da Dívida

Redução do peso da dívida dos países devedores

Atrasos (Arrears)

Valor vencido e não pago, do serviço da dívida ou outras transacções.

Credor Bilateral

Governo estrangeiro, Entidade Pública Estrangeira ou Agência Oficial de Financiamento de Exportações que concede crédito.

Bilhetes do Tesouro

Instrumentos da dívida interna de curto prazo.

Capital

Montante emprestado e em dívida a ser reembolsado.

Clube de Paris

Fórum de Governos Credores com fins de reescalonamento da dívida.

Comissões

Taxa paga ao credor por empréstimo concedido e que pode ser:
De serviço, gestão e mobilização.

Concessionalidade

É o resultado da combinação do período de maturidade, taxa de juros, taxa de redisco e outros factores.

Desembolsos

Transferência real de recursos financeiros, bens ou serviços pelo mutuante para o mutuário.

Dívida Pública

Passivos financeiros do Estado não pagos que surgem do endividamento passado tanto externos como interno.

Dívida Pública Interna

Dívida total do Estado a credores cuja residência é dentro do país devedor, incluindo Bancos Comerciais, Instituições financeiras não -bancárias e individuais (detentores de obrigações). Para este fim, o Governo emite títulos tais como Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

Dívida Pública Externa

Dívida total do Estado a credores cuja residência é fora do País devedor, incluindo credores bilaterais (outros Governos), credores multilaterais (instituições financeiras internacionais tais como o FMI e Banco Mundial) e sector privado (Bancos Comerciais estrangeiros e outras instituições)

Dívida Pública Garantida

Obrigação interna contraída pelo devedor (quer público ou privado) cujos pagamentos são garantidos pelo Estado. Em caso de não cumprimento por parte do devedor, o Estado assegura o pagamento desta obrigação.

Elemento de Concessionalidade

Mede a concessionalidade do empréstimo, em forma do valor presente de uma taxa de juro inferior à taxa do mercado durante a vida de um empréstimo.

Fluxo Líquido (para um empréstimo)

Desembolsos líquidos menos capital pago.

Juros

Taxa que o mutuário paga a um credor por contrair um empréstimo.

Credor Multilateral

Instituições financeiras Internacionais que concedem empréstimos.

Obrigações do Tesouro

Instrumentos de dívida de médio e longo prazos emitidos pelo Tesouro.

Reescalamento da dívida

Reprogramação do plano de pagamento da dívida.

Serviço da Dívida

Pagamento de capital e de juros.

Sustentabilidade da dívida

Nível de capacidade financeira e técnica que o país devedor possui para cumprir com as suas obrigações do serviço da dívida.

Transferência Líquida (para um empréstimo)

Desembolsos líquidos menos pagamentos de capital, juros e comissões.

